

da Estância Turística de Sbitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

Análise Jurídica ao Projeto de Lei Ordinária nº 133/2018 de autoria da Sra. Prefeita.

Examinando o referido Projeto de Lei em comento, de autoria da Sra. Prefeita, constatei que o mesmo é legal, regimental e constitucional, nos termos artigo 29, inciso XIV, da Lei Orgânica Municipal, desde que emendado, motivo pelo qual emito parecer favorável à sua regular tramitação.

Ibitinga, 12 de junho de 2.018.

Ricardo Tofi Jacob

Diretor Jurídico

